



Vol. I nº I jan./jun. 2006

p. 233-238

EDUCAÇÃO: DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO

Claudio A. Peres¹

André P. Castanha²

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, ainda em andamento, é parte dos resultados preliminares da monografia intitulada *História da Educação Superior na Região Oeste do Paraná – O Público e o Privado no município de Cascavel*, onde se pretende estudar a questão do ensino superior privado no Brasil e as diferenças estruturais que o mesmo apresenta em relação ao ensino público, analisando o contexto da Região Oeste do Paraná, particularmente do Município de Cascavel. Esta tarefa nos remete à década de 90, época de recrudescimento da discrepância que se apresenta.³ Apesar deste período se destacar por promover o maior crescimento do ensino privado da história,⁴ fazendo com que o país seja destaque mundial em número de instituições particulares de ensino, o estudo da época em si, não nos permitirá a compreensão do contexto por completo.

Para além dos dados estatísticos, é preciso compreender a vinculação com a totalidade no sentido físico e temporal, confrontando o contexto local face ao mundial. É preciso buscar na economia política clássica e em seus idealizadores a raiz do pensamento econômico vigente na sociedade contemporânea, a saber, o neoliberalismo, reformulação e atualização do liberalismo idealizado, principalmente, a partir de John Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790) que, diante das necessidades produzidas pela base econômica de suas épocas, combateram o mercantilismo, a nobreza feudal e a posição da igreja, formando as bases para o liberalismo democrático capitalista. Na primeira metade do Século XX, a lógica da acumulação e da exploração capitalista torna-se cada vez mais evidente, fazendo ampliar idéias contrárias. Assim, que para sua própria manutenção, o capitalismo liberal, minimizando a radicalidade de suas práticas, dá um certo recuo com o *Estado do Bem Estar Social*, idealizado por John Maynard Keynes (1883-1946), porém, reage com as idéias de Friedrich Hayek (1899-1992), inspirador do neoliberalismo e das novas estratégias de exploração do trabalhador pela classe dominante, o que se evidencia na década de 90 no Brasil, através das reformas do Estado.

ECONOMIA E EDUCAÇÃO LIBERAL CLÁSSICA

A tese central da economia política liberal é a questão da participação mínima do Estado nas atividades econômicas do País. Adam Smith, economista político dos mais influentes do liberalismo, considera que a concorrência, por si só, é capaz de garantir o bem estar da sociedade e a perfeita harmonia entre o público e o privado, ou seja, a economia é auto regulatória e o Estado não deve intervir nesta liberdade. Um exemplo latente da ausência do Estado está na questão das responsabilidades com a educação, presente na obra de Smith, no segundo volume do *Riqueza das Nações* (1983). Smith diz, por exemplo, que as instituições educacionais podem captar recursos para cobrir seus próprios gastos. Ele não aponta o Estado como garantidor da educação gratuita pública, ou popular.⁵

O trabalhador na sociedade liberal buscará a educação para aprender uma profissão, pois “a certeza de poder permutar toda a parte excedente da produção de seu próprio trabalho que ultrapasse seu consumo estimula cada pessoa a dedicar-se a uma ocupação específica” (Adam Smith, 1983, p. 50-51). Quando a educação passa a ser privada, ele acaba pagando para aprender produzir cada vez mais.

Já no período da Revolução Industrial, o pensamento de Smith mostra sua falácia, pois apesar do trabalhador assinar contratos e ter alguns direitos, ele sempre produzirá excedente, como considera Smith, porém, a mensuração da produção foge ao seu controle. A necessidade de se manter no emprego e ser um bom operário em face da concorrência faz com que ele produza mais do que se esperava, produzindo o que Marx chama de *mais valia*. “Este tipo de intercâmbio entre o capital e o trabalho é que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema do assalariado, e tem que conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista” (Marx, 1982, p. 164).

O ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL E SUA DISSOLUÇÃO

Passado o século XIX, a economia auto reguladora e a aplicação da política do *Laissez faire*⁶ chegou ao ponto em que o capitalismo não mais se sustentaria daquela maneira. Questões como juro, moeda, poupança, investimento e emprego, eram interpretadas em uma lógica que não garantia a distribuição regular das vantagens e desvantagens entre as classes sociais distintas e não mais conseguia promover o desenvolvimento, surgindo insatisfações e movimentos contestatórios. As revoltas da classe trabalhadora e o “fantasma” do comunismo/socialismo passam preocupar sobremaneira a classe burguesa liberal dominante.

Analisando os aspectos econômicos do contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), da Grande Depressão (1929) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), John Maynard Keynes⁷ interpreta o capitalismo, trazendo idéias que passam a ser bastante consideradas no âmbito da economia clássica. A participação do Estado em funções bem específicas nas esferas econômica e social é condição para a fuga da crise. Keynes argumenta que o Governo deveria “suplementar a insuficiência de demanda do setor privado” (Keines, 1982, p. 15). Suas teorias acabam por contornar a crise patrão-empregado, apesar de não ser a preocupação real o bem estar do trabalhador. Seu objetivo é o equilíbrio do capitalismo para a manutenção do mesmo. A chamada “política do bem estar social”, é na verdade, movimento compensatório para evitar um desajuste ainda maior do sistema. As idéias de Keynes seguem a reforçar os ideais do liberalismo: “Nosso problema é o de criar uma organização social tão eficiente quanto possível, sem ofender nossas noções de um modo satisfatório de vida” (Keines, 1984 p. 126). Seu principal objetivo era a criação de um “estado de confiança” para a atuação da iniciativa privada. (Keines, 1982, p. 124).

Este mito do Estado regulador da economia idealizado por Keynes e presente na ideologia dominante desta primeira metade do século XX, até certo ponto, é desfeito por Friedrich Hayek,⁸ que traz interpretações que rebuscam as origens do liberalismo. Ele condena o programa de obras públicas e qualquer atividade econômica que venha a depender de verbas do governo (Hayek, 1987, p. 125).

Hayek, em sua obra clássica *O Caminho da Servidão*, não disfarça a pretensão de defender com todas suas forças o capitalismo liberal. Na intenção clara de estar fazendo um “manifesto capitalista”, conclama que “Urge reaprendermos a encarar o fato de que a liberdade tem o seu preço e de que, como indivíduos, devemos estar prontos a fazer grandes sacrifícios materiais a fim de conservá-la” (Hayek, 1987, p. 133). Ocorre que o sacrifício constante é do trabalhador, que é sempre explorado.

Este capitalismo “irracional” presente na estratégia neoliberal transfere para o mercado questões como saúde, educação, transporte, bem como serviços sociais em geral. Áreas de atuação que “curiosamente” dão prejuízos ao governo e lucro à iniciativa privada. A alegação é que o Governo não sabe gerenciar. Hayek admite que o monopólio privado é mais aceitável que o monopólio governamental ou público (Hayek, 1987, p. 180), em face de que o privado raramente é total e tem curta duração. Contudo, não é o que mostra a realidade atual.

Pelo que foi comentado, e principalmente pela estratégia de Haiek, podemos dizer que o neoliberalismo venceu o racionalismo de Keynes nesta batalha de tentar manter o capitalismo liberal em toda sua essência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia neoliberal da década de 90 no Brasil, foi desenvolver a economia e fazer a reforma educacional, aumentando o poder da iniciativa privada, por meio do consenso ideológico. A conciliação é a estratégia política conservadora que assume uma face progressista, isto é, a de estar com a história, no caso com o processo de globalização e a inserção do País na “nova ordem mundial”.

Enquanto o liberalismo político clássico colocou a educação entre os direitos do homem e do cidadão, o neoliberalismo, segundo Tomás Tadeu da Silva (Gentili & Silva, 1995, p. 21), promove uma regressão da esfera pública, na medida em que aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando assim o conteúdo político da cidadania, substituindo-o pelos direitos do consumidor. A expressão “falta de produtividade” tem em contrapartida a produtividade da pesquisa relevante, isto é, utilitária, bem financiada, altamente rendosa, segundo critérios mercantis. A pesquisa está presente no Ensino Público, através das parcerias, para atender aos interesses do mercado.

O Art. 213 da Constituição Federal de 1988, já traz a idéia de estimular a iniciativa privada para atuar na Educação, mas é a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que abre a possibilidade de que recursos públicos possam ser transferidos para o ensino superior privado, em quase todas as situações, uma vez que as definições de escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, constantes dos Art. 19 e 20, são bastante abrangentes. Legislações posteriores seguem na mesma direção.

O processo de desestatização exige uma regulamentação que acaba sempre por atender a interesses privados, “a defesa da mais valia fica escamoteada pelo discurso da liberdade de ensino e Liberdade para a família escolher a educação de seus filhos, denúncia do monopólio da educação pelo Estados e outras falácias” (Cunha, 1989, p.40)”.

Com o governo Collor e FHC, o neoliberalismo transformou-se na doutrina oficial de governo, usada para justificar a reforma do Estado Brasileiro. Como a educação reproduz as condições econômicas existentes em cada época, daí o aumento histórico das Instituições Privadas de Ensino Superior no Brasil na década de 90, enquanto que as instituições públicas não apresentam crescimento algum,⁹ reflexo da teoria do “Estado Mínimo” que se evidenciou, seja liberal ou neoliberal.

Após um estudo das idéias de Adam Smith para o financiamento da educação, em sua época, podemos verificar que as políticas educacionais do Brasil na década de 90, têm fundamentação no liberalismo clássico. Medidas características da educação neoliberal, como, parcerias, convênios, provões, cursos supletivos e

formação profissional para os interesses do mercado são assuntos presentes na intencionalidade da proposta liberal.¹⁰

Todo este “projeto” neoliberal faz o trabalhador continuar, como no liberalismo do século XVIII, acreditando em “subir na vida” pelo trabalho, pela educação e pelo esforço individual, condenando-se por estar na pobreza. A lei é igual para todos. Tem escola para todos. A justiça é imparcial. Falta perceber que a elite é que está e sempre esteve no poder de verdade e é quem decide tudo. O povo, está cercado de ideologias. As Leis, o Salário, o excedente, a mídia, a educação, tudo pertence ao detentor do capital. Ao povo, resta o sonho.

De maneira bastante sutil, os condutores do pensamento neoliberal acabam tornando consensuais idéias que fortalecem o discurso a favor do ensino privado e desvaloriza o ensino público. Como em Smith, forma-se a crença de que o que é pago diretamente pelo indivíduo tem maior valor. A competitividade é supervalorizada, conforme as orientações de Hayek. Tudo o que é público é burocrático e não tem qualidade, muito menos total, como analisa Tomaz Tadeu da Silva (1994).

Todos esses argumentos, que estão impregnados do ideário liberal, são expressados nos discursos dos economistas, dos intelectuais, dos empresários, divulgado pela mídia e perigosamente defendido e aplicado pelos políticos nas Câmaras, Assembléias e Congresso Nacional. Daí, a importância da estratégia da resistência ativa, apontada por Dermeval Saviani (1991), para que a luta em prol do ensino público possa influenciar no legislativo, a ponto de mudar os rumos.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luiz Antônio. **Escola Pública, Escola Particular e a democratização do ensino**. 3. ed, São Paulo: Cortez, 1989.

GENTILI, Pablo A.A, SILVA, T. Tadeu da (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação, Visões críticas**. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

HAYEK, F. Auguste. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura: Instituto Liberal, 1987.

KEYNES, J. Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KEYNES, J. Maynard. **Economia**. Organizador: Tamás Szmrecsányi (Org), Florestan Fernandes, São Paulo: Ática, 1984.

MARX, K, ENGELS, F, **Para a Crítica da economia política. Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes: A Economia Vulgar**, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações - Investigando Sobre Sua Natureza e Suas Causas**. Vol I, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino Público e algumas falas sobre Universidade**. 5ª ed, São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991.

NOTAS

- ¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Especialista em História da Educação no Brasil / UNIOESTE.
- ² Doutorando em Educação, pela UFSCar e membro do HISTDOPR.
- ³ Criação das Instituições de Ensino Superior em Cascavel: UNIOESTE: 1987, UNIPAR: 1993, UNIVEL: 1995, Faculdade Dom Bosco: 1999, FAG: 1999, UNIPAN: 1999, FADEC: 2000 (Dados do INEP).
- ⁴ Segundo dados do INEP, "A liberalização do ensino superior, a partir da metade da década de 90, levou a uma expansão desenfreada das universidades privadas no Brasil. Isto fez com que, hoje, 70% das vagas sejam não estatais e apenas 30% estatais. Com este índice, o Brasil transformou-se no país com maior participação privada no ensino superior do mundo."
- ⁵ " Também as instituições para a educação da juventude podem propiciar um rendimento suficiente para cobrir seus próprios gastos. Os honorários ou remuneração que o estudante paga ao mestre constituem um rendimento deste gênero." ... "... não é necessário que ele seja tirado da receita geral do Estado. ... A dotação provém, em toda parte, sobretudo de algum rendimento local ou provincial, do arrendamento de alguma propriedade territorial, ou dos juros de alguma soma de dinheiro concedida e confiada à gestão de curadores para esse fim específico, ora pelo próprio soberano, ora por algum doador particular" (Smith, 1983, p. 199).
- ⁶ Significa: deixe que o homem comum escolha e atue, não o obriguem a ceder ante a um ditador.
- ⁷ Influente economista inglês. A partir de suas idéias, surgem o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).
- ⁸ Prêmio Nobel de Economia. Autor de *O Caminho da Servidão*, obra de grande influência no resgate à tradição Liberal.
- ⁹ De acordo com o INEP, em 1998, o Brasil contava com 209 Instituições de Educação Superior públicas e 764 privadas. Em 2003 as Instituições públicas estavam reduzidas a 207 e as privadas chegaram ao número de 1.652.
- ¹⁰ "Para se obter as honras de um diploma, não se exige que uma pessoa apresente certificado de haver estudado durante determinado número de anos em uma escola pública. Se ele demonstrar, no exame, que aprendeu aquilo que nessas escolas se ensina, não se pergunta em que lugar aprendeu (Smith, 1983, p. 203)"... "Se não houvesse instituições públicas para a educação, não se ensinaria nenhum sistema e nenhuma ciência que não fossem objeto de alguma procura ou que as circunstâncias da época se tornassem necessário, conveniente, ou, pelo menos, de acordo com a moda. (Smith, 1983, p. 212).